## Demonstrações Financeiras "carve-out"

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos)

31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras "carve-out"

31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

ey.com.br

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos

Administradores e Diretores da

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, gestora da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("EMESP") São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("Entidade"), filial da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros ITG 2002-(R1).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 que descreve a base elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do contrato de gestão da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. Consequentemente, essas demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser, necessariamente, um indicativo de performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica, bem como podem não ser adequadas para outras finalidades.

Nosso relatório destina-se para utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e o Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



#### Outros assuntos – Auditoria valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2023, com uma opinião sem modificação, apenas outros assuntos relativo à Demonstração do valor adicionado, apresentado de forma espontânea pela Administração da Associação e Ênfase sobre base de elaboração e restrição sobre o uso e distribuição.

#### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras "carve-out" individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda CRC-SP-034519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca Contador CRC-292795/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante	_		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.230.232	9.503.628
Recursos restritos vinculados e fundos	5	3.387.755	2.476.293
Adiantamentos diversos	6	808.982	712.427
Estoques	7	165.206	162.559
Despesas antecipadas		31.686	46.996
Outros Créditos		4.143	-
Total do ativo circulante		9.628.004	12.901.903
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	•	040 400	000.400
Depósito judicial	8	618.498	396.132
Total do realizável a longo prazo		618.498	396.132
Imobilizado	9	2.921.927	1.018.016
Ativo de direito de uso	10	2.438.381	-
Total do ativo não circulante		5.978.806	1.414.148
Total do ativo		15.606.810	14.316.051

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	607.028	1.039.883
Passivo de arrendamento	10	694.828	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12	797.889	581.017
Provisão de férias e encargos	13	2.175.168	2.086.580
Obrigações tributárias		395.944	58.331
Projetos a executar	14	-	6.298.962
Fundos de reserva/contingência	15	3.387.755	2.476.293
Outras contas a pagar		139.540	10.218
Total do passivo circulante		8.198.152	12.551.284
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	16	5.398.299	370.782
Recursos aplicados em ativos imobilizados	17	2.921.927	1.018.016
Provisão para outras obrigações a pagar		582.621	375.969
Passivo de arrendamento	10	1.689.391	-
Total do passivo não circulante		10.592.238	1.764.767
Patrimônio líquido	18		
(Déficit) do exercício		(3.183.580)	-
Total do patrimônio líquido		(3.183.580)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.606.810	14.316.051

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão	20	50.781.491	45.937.340
Trabalhos voluntários	3.0	96.623	85.741
Outras receitas operacionais			912
		50.878.114	46.023.993
Total das receitas operacionais		50.878.114	46.023.993
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	21	(31.335.575)	(29.550.338)
Serviços prestados por terceiros	22	(11.877.557)	(11.535.521)
Despesas gerais	23	(2.730.705)	(2.134.284)
Locações	24	(1.538.854)	(2.040.432)
Depreciação do direito de uso	10	(614.850)	-
Depreciações	9	(218.096)	(256.021)
Impostos e taxas		(262.030)	(249.793)
Contingências Judiciais	0 -	(5.303.913)	(141.435)
Tabalhos voluntários	3.0	(96.623)	(85.741)
		(53.978.203)	(45.993.565)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(3.100.089)	30.428
Despesas financeiras		(85.014)	(31.922)
Receitas financeiras		1.523	` 1.494 <sup>′</sup>
Resultado financeiro líquido	25	(83.491)	(30.428)
(Déficit) do exercício		(3.183.580)	

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2022	
Déficit do exercício	(3.183.580)	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(3.183.580)	-	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

_	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social Resultado do exercício	-	-	- -
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social Resultado do exercício	-	- (3.183.580)	- -
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(3.183.580)	(3.183.580)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais Resultado do exercício Ajustes por:	(3.183.580)	-
Constituição de provisão para contingências	5.303.913	141.435
Depreciações - imobilizado	218.096	256.021
Depreciação do direito de uso	614.850	-
Juros sobre arrendamento mercantil	42.987	_
Provisão para outras obrigações a pagar - Processo IPTU	206.652	198.075
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos Reclassificação de caixa para recursos restritos vinculados a fundos	(911.462)	_
Reclassificação de recursos restritos vinculados a fundos para caixa e equivalentes	-	1.862.194
Estoques	(2.647)	(96.639)
Adiantamentos diversos	(96.555)	(70.400)
Outros Créditos	(4.143)	( ,
Despesas antecipadas	15.310	(1.854)
Depósitos judiciais	(222.366)	(211.865)
According for the Seal day marginer	, ,	,
Aumento (redução) dos passivos Fornecedores	(422 055)	055 002
	(432.855)	955.903 98.897
Obrigações sociais e trabalhistas	216.872 88.588	
Provisão de férias e encargos	337.614	359.363 31.396
Obrigações tributárias		31.390
Juros pagos de arrendamentos	(42.987)	(22.940)
Contingências pagas Baixa da provisão de contingência	(152.240) (124.156)	(22.849)
Outras contas a pagar	129.322	5.526
Projetos a executar	(6.298.962)	(1.211.425)
Fundos de reserva/contingência	911.462	(1.862.194)
Recursos aplicados em ativos imobilizados	(218.440)	(256.021)
·	(2 604 729)	175.563
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.604.728)	175.565
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2 422 250	446 047
Recursos aplicados em ativos imobilizados - compra de imobilizado	2.122.350 344	416.817
Baixas do ativo imobilizado Adições no imobilizado	(2.122.350)	(416.817)
Adições no imobilizado	(2.122.330)	(410.617)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	344	<u> </u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamentos (principal)	(669.012)	<u> </u>
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(669.012)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(4.273.396)	175.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.503.628	9.328.065
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.230.232	9.503.628
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(4.273.396)	175.563
•	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2022
Receitas operacionais brutas Recursos do contrato de gestão Com doações, verbas e outras receitas operacionais	50.781.491 96.623	45.937.340 86.653
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros Despesas administrativas e gerais	(11.973.680) (2.730.706)	(11.621.262) (2.134.284)
Valor adicionado bruto	36.173.728	32.268.447
Retenções		
Depreciação e amortização	(218.096)	(256.021)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	35.955.632	32.012.426
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.523	1.494
	1.523	1.494
Valor adicionado total a distribuir	35.957.155	32.013.920
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal Remuneração Direta	36.639.987	29.691.773
Salários Benefícios Encargos	25.877.446 3.587.736 7.174.805	19.623.278 3.187.003 6.881.492
Impostos, taxas e contribuições	262.030	249.793
Municipais Federais	209.085 52.945	200.665 49.128
Remuneração de capitais de terceiros	2.238.718	2.072.354
Aluguéis e despesas financeiras	2.238.718	2.072.354
Remuneração de capitais próprios	(3.183.580)	<u>-</u>
Resultado do exercício	(3.183.580)	-
Total valor adicionado	35.957.155	32.013.920

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out" 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 1. Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que possuí como finalidade o desenvolvimento de serviços, programas e projetos socioassistenciais dirigidos às famílias em situações de vulnerabilidade ou risco pessoal e social em consonância com o conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam às diversas e complexas necessidades da vida social, de modo a formar pessoas para a vida e para a sociedade, por meio da formação e difusão musical.

### 1.1. Plano da Administração

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina apresentou nas demonstrações financeiras "carve-out" que contemplam os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes a execução do Contrato de Gestão 03/2023, da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, um déficit de R\$3.183.580,00 (Três milhões, cento e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme consta da Demonstração do Resulto do Exercício da entidade. No correspondente Balanço Patrimonial, o ativo circulante da Entidade excedia o passivo circulante em R\$1.429.852,00 (Um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) e o Patrimônio Líquido apresentou saldo negativo de R\$3.183.580,00 (Três milhões, cento e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta reais) no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 1. Contexto operacional -- Continuação

### 1.1. Plano da Administração -- Continuação

A execução do Contrato de Gestão 03/2023 iniciou em 2023. Quando da elaboração da documentação para a participação no certame relativo ao chamamento público para a gestão do contrato em vigor, a SMC elaborou, entre outros, um documento chamado de "Premissas Orçamentárias", sendo que em tal documento consta todo o racional efetuado pela SMC para se chegar à proposta orçamentária apresentada à SECEIC. Em tais premissas, não foi apontado ou provisionado a possibilidade da condenação da SMC no processo trabalhista onde o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em 11/11/2009 (Processo nº 02356002320095020028 - 28ª VT/SP), em face da Fazenda Pública Estadual, do então Secretário Estadual de Cultura Sr. João Sayad, da Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e da Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina, sendo os pedidos do MPT julgados parcialmente procedentes em 08/11/2023. Todas as reclamadas foram condenadas solidariamente ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que atualizado em 31/12/2023 somam R\$5.066.500,00 (cinco milhões, sessenta e seis mil e quinhentos reais). Com a condenação houve uma nova classificação no risco, passando de "risco de perda possível" para "risco de perda provável". Dessa forma, foi constituído um acréscimo na provisão do balanço que impactou significativamente os resultados.

A expectativa da direção é que em caso de se configurar definitivamente a condenação, a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas virá a viabilizar os recursos necessários devido à inexistência de recursos de contingência suficientes em conta vinculada ao Contrato de Gestão para o cumprimento de condenações transitadas em julgado que tenham determinado o pagamento de dívidas líquidas e certas, de natureza trabalhista, conforme disposição contratual pactuada. Neste sentido preconiza o Contrato de Gestão 03/2023 em sua cláusula terceira, itens 12 e 13, que é responsabilidade da SECEIC viabilizar em tempo hábil os recursos necessários à Associação, quando de sua inexistência, para cumprimento de acordos judiciais celebrados, ou condenações transitadas em julgado que tenham determinado o pagamento de dívidas líquidas e certas, de natureza trabalhista, previdenciária, cível ou tributária, provenientes de fatos geradores ocorridos anteriormente ou durante à vigência da gestão do objeto contratual, desde que não decorra de culpa grave ou dolo. No caso em concreto, trata-se de ação do MP à margem de qualquer ato que a Associação possa ter dado causa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 1. Contexto operacional -- Continuação

#### 1.2. Do novo Contrato de Gestão

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por força do Contrato de Gestão nº 05/2017 celebrado com o Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, operacionalizou a gestão e a execução, das atividades Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo ("Entidade"), entre os período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

Em vista do término do citado contrato em 2022, o Estado de São Paulo, por meio do Secretario da Cultura e Economia Criativa promoveu nova Convocação Pública para recebimento de propostas de entidades privadas sem fins lucrativos, que possuam qualificação como Organização Social de Cultura, interessadas em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa para o gerenciamento da "Escola de Música do Estado de São Paulo" - Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro –Orthesp e Teatro Caetano de Campos. As regras e condições constaram da Resolução SC nº 44/2022, de 11 de outubro de 2022.

De acordo com o publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17/12/2022, na página 37, com base nos Pareceres Técnicos emitidos pela Unidade de Formação Cultural e pela Unidade de Monitoramento, por meio do Processo SCEC-PRC-2022/00750 e nos termos do disposto no Artigo 21 da Resolução SC nº 44, de 11 de outubro de 2022, foi declarada como vencedora a Organização Social de Cultura Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, CNPJ 10.462.524/0001-58, para gerenciamento da "Escola de Música do Estado de São Paulo" - Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro -Orthesp e Teatro Caetano de Campos.. Para tanto foi celebrado o novo Contrato de Gestão sob o nº 03/2023, com vigência de 01/01/2023 até 31/12/2027.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, solicitou inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo em 2022, sendo este, critério principal para obtenção futura do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. O reconhecimento como organização de entidade de assistência social foi deferido sob o n.º 1863/2022, sendo promulgada em 18 de outubro de 2023, por meio da Resolução COMAS n.º 2080/2023, válido por 3 anos. Trata-se de reconhecimento municipal de vínculo ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como atendimento às legislações vigentes de políticas públicas na defesa e garantia de direitos às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social. A inscrição concedida ao CNPJ matriz, conforme disposto em legislação vigente, se estenderá ao

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

CNPJ filial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 1. Contexto operacional -- Continuação

### 1.3. EMESP Tom Jobim

Criada em 1989, a Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, é referência no ensino de música no Brasil, e tem em seu corpo docente profissionais com reconhecimento internacional. Da música clássica à popular, antiga à contemporânea, o projeto sócio-pedagógico da escola visa uma formação rica e abrangente, oferecendo aos adolescentes e jovens uma experiência em que performance e formação são indissociáveis. Mais de 1.300 adolescentes e jovens passam pela EMESP Tom Jobim todo ano, em Cursos Regulares (Formação e Especialização) e Cursos Livres. Com foco na preparação para o mundo do trabalho de jovens músicos, a EMESP Tom Jobim oferece também bolsas de estudos e experiências de aprimoramento sócio-pedagógico para os adolescentes e jovens que participam dos Grupos Artísticos: Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Coral Jovem do Estado.

#### 1.4. Theatro São Pedro

Fundado em 1917, o Theatro São Pedro é uma das casas de espetáculo mais ativas de São Paulo. Reinaugurado em 1998 após extensa reforma, desde então persegue a vocação de teatro de ópera da capital. Em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, consolidou-se no cenário musical brasileiro como uma alternativa de qualidade - apostando na diversidade, a casa encontrou seu lugar. Ao abrir as portas para a cidade, aproximou público e artistas e criou um espaço em que arte, música e sociedade estão em constante debate. Além da temporada profissional, o Theatro São Pedro investe também na formação de jovens profissionais da ópera, e oferece bolsas de estudos e aprimoramento artístico-pedagógico para os adolescentes e jovens que participam da Academia de Ópera e da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro.

### 1.5. Teatro Caetano de Campos

O Teatro Caetano de Campos está localizado na Rua Bueno de Andrade, 715, Aclimação, São Paulo, CEP 01526-000, funcionando em uma edificação anexa e pertencente à Escola Estadual Caetano de Campos. Este espaço é utilizado exclusivamente para ensaios da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, da Orquestra Jovem Tom Jobim, da Banda Jovem do Estado de São Paulo e de outros grupos artísticos ligados à EMESP Tom Jobim e ao Theatro São Pedro. Desta forma, ele abriga instrumentos musicais e outros equipamentos necessários para essa finalidade. Além disso, a área superior do espaço do teatro é utilizada para a guarda dos figurinos e cenários das produções de ópera do Theatro São Pedro, bem como do banco de partituras e documentação musical dos grupos artísticos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 1. Contexto operacional -- Continuação

#### 1.6. Da obra em Andamento

Em 2023 houve uma importante variação no fluxo de caixa da entidade, bem como no grupo do Ativo Imobilizado, devido ao avanço da obra de implantação de um estúdio para gravações e transmissões de atividades artísticas que está sendo realizada no Theatro São Pedro, que consumiu recursos disponibilizados em 2022 pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo. Informações adicionais estão dispostas na nota explicativa nº 7 que trata do grupo do Imobilizado.

Não detectamos nenhum impacto de *impairment* no exercício por conta deste evento.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out"

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros", considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão da "Escola de Música do Estado de São Paulo" - Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro —Orthesp e Teatro Caetano de Campos" ("EMESP" ou "Entidade") gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras "carve-out" denominada simplesmente "Mantenedora", os quais são controlados e operacionalizadas por meio de centros de custos pela controladoria da Associação.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matriz), decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não o da "Escola de Música do Estado de São Paulo" - Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro –Orthesp e Teatro Caetano de Campos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

### a) <u>Declaração de conformidade</u>--Continuação

No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline de participar da convocação pública, os bens, direitos e deveres atinentes ao Contrato de Gestão serão subrogados pela Organização Social vencedora. Caso a Organização Social atual manifeste interesse em descontinuar o contrato mediante notificação prévia, os referidos bens, direitos e deveres poderão ser devolvidos ao ente público.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras "carve-out", e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 08 de março de 2024.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

#### c) Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Entidade possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

#### b) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos musicais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

#### c) Imobilizado

### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Imobilizado--Continuação

### i) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instrumentos musicais	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Telefones	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### d) Redução ao valor recuperável (impairment)

#### i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

### ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2023, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

### e) <u>Arrendamentos</u>

No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### e) Arrendamentos--Continuação

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### e) Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

### f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

### g) Obrigações trabalhistas

Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanco.

#### h) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores préfixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### j) Projetos e fundos a executar

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante.
- Consumo do passivo de projetos a executar: São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar.
- Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### k) Fundos de reserva e de contingência

Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante.

### i) Fundo de reserva

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da SMC, o valor será composto por 3% do total de recursos financeiros repassados pelo Estado, incidente sobre as parcelas dos 2 (dois) primeiros anos do Contrato de Gestão, e poderá ser utilizada:

- (a) Na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria, condicionada à prévia aprovação pelo citado conselho, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria; ou,
- (b) No último ano de vigência do presente contrato, caso não ocorra a reversão dos recursos do Fundo de Reserva a que alude a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, alínea "b", do Contrato de Gestão, para custeio das metas do plano de trabalho, o saldo da conta de reserva deverá, após o pagamento da última parcela do Contrato de Gestão, ser revertido para a conta de repasse.

### ii) Fundo de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor será composto pela aplicação do percential de 1,2% do valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado o que dispõe a cláusula sétima, paragráfo sétimo:

(1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

- k) <u>Fundos de reserva e de contingência</u>--Continuação
  - ii) Fundo de contingência--Continuação
    - (2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
    - (3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
    - (4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
    - (5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência após o pagamento dos custos de desmobilização, eventuais despesas de encerramento ou liquidação das contingências será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.
    - (6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.
    - (7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as presta ções de contas do ajuste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)).

#### m) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, do art. 3º, II da Lei Complementar nº 187 de 2021 e, do art. 2º, I, "a", da Lei 13.019/2014 (MROSC), a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado à entidades beneficente sem fins econômicos e lucrativos, que possuam a Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S, se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral.

A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

### n) Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### o) Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

### p) Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Em 31 de dezembro de 2023, a entidade reconheceu como voluntariado os trabalhos realizados pela Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração das Organizações Sociais. Após atualização da estimada valoração das horas dedicadas por cada membro dos citados órgãos, foi realizado um rateio entre os 3 projetos geridos por meio de contrato de gestão e a matriz/mantenedora, sendo que esta última não foi incluída no rateio do Conselho de administração, tendo em vista suas atividades decorrerem do previsto na Lei 846/1998 e visam atender somente os projetos oriundos dos Contratos de Gestão.

### q) <u>Instrumentos financeiros</u>

Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Instrumentos financeiros -- Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

i) <u>Classificação e mensuração subsequente</u>

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2023 e 2022 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Instrumentos financeiros -- Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

i) <u>Classificação e mensuração subsequente</u>--Continuação

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ii) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### q) Instrumentos financeiros -- Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

### ii) <u>Desreconhecimento</u>--Continuação

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluindo operações de hedge.

### r) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### s) Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 26.

### t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações\_sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade.

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

- u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação
  - Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante--Continuação

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Entidade está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

As alterações não terão impactos na prática atual e até o momento não ocorreu renegociação de empréstimo existentes.

c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Associação fez a avaliação e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12
- Reforma Tributária Internacional Regras do Modelo do Pilar Dois Alterações ao IAS
   12

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out", a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- i) <u>Incertezas sobre premissas e estimativas</u>--Continuação
  - Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)) e;
  - Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

#### ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras "carve-out" em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a fundos

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos Aplicações financeiras	1.702.915 3.527.317	2.500 9.501.128
Total de recursos em caixa e equivalentes de caixa	5.230.232	9.503.628
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 13)	3.387.755	2.476.293
Total de recursos em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	8.617.987	11.979.921

As aplicações financeiras são recursos vinculados a projetos e referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Essas aplicações são substancialmente certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As remunerações das aplicações financeiras renderam juros que variaram de 47,11% a 94,23% do CDI em 2023 (em 2022 a remuneração foi de 54,88% a 93,04% do CDI).

Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões especificas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3j e nº 15).

24/42/2022

#### 6. Adjantamentos diversos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias (a)	774.082	709.647
Outros adiantamentos	34.900	2.780
	808.982	712.427

(a) A Entidade utiliza para o processamento de folha, sistema informatizado que realiza o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método pró-rata, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias, desse modo o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

incidentes apresenta saldos maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo (provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 7. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Material de escritório	47.015	55.396
Suprimentos musicais Demais estoques	84.886 33.305	56.215 50.948
•	165.206	162.559

Não foram identificados no estoque da entidade quaisquer itens que tenham sofrido obsolecência e/ou deterioração que pudesse incorrer em perda ou redução ao valor recuperável.

#### 8. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito recursal trabalhista	35.877	20.163
Depósitos judiciais – IPTU (a)	582.621	375.969
	618.498	396.132

(a) Trata-se de ação anulatória de débitos fiscais sob o n.º104734-79.2021.8.26 ajuizada pelo proprietário e locador do imóvel, onde a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina é locatária, em face da Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo objeto do pedido é a redução do aumento do IPTU que se deu de forma demasiada. Como no contrato de locação a Associação é a responsável pelo pagamento do IPTU, a mesma figura na citada ação como terceira interessada e, tem realizado os depósitos judiciais dos valores correspondentes a integralidade do IPTU, na expectativa de, sendo proferida decisão em favor do proprietário, os correspondentes valores tidos como pagos a maior pelo juízo sejam reavidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2023	2022
Equipamentos	10%	1.062.236	(637.123)	425.112	137.413
Móveis e utensílios	10%	657.970	(563.128)	94.842	118.246
Instrumentos musicais	10%	5.825.074	(5.378.967)	446.107	371.102
Ferramentas	10%	1.386	(1.386)	-	-
Computadores e periféricos	20%	840.657	(792.790)	47.866	19.202
Telefones	10%	9.175	<b>(9.175</b> )	-	-
Obras em andamento (a)	-	1.907.998	` <u>-</u>	1.907.998	372.053
Total		10.304.496	(7.382.570)	2.921.926	1.018.016

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

# 9. Imobilizado--Continuação

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

					valor	
	Saldo em				recuperável	Saldo em
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	(impairment)	31/12/2023
Custo						
Equipamentos	723.709	189.051	(1.860)	•	•	910.900
Móveis e utensílios	684.814	8.791	(35.635)	•	•	657.970
Instrumentos musicais	5.709.331	15.680	(83.935)	•	•	5.641.076
Ferramentas	1.386	•	•	•	•	1.386
Computadores e periféricos	849.758	30.180	(46.650)	•	•	833.288
Telefones	9.175	•	•	•	•	9.175
Obras em andamento (a)	372.053	1.878.648	•	•		2.250.701
Total custo	8.350.226	2.122.350	(168.080)			10.304.496
( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )						
Depreciação						
Equipamentos	(586.296)	(52.635)	1.807	•		(637.124)
Móveis e utensílios	(566.568)	(31.903)	35.344	•	•	(563.127)
Instrumentos musicais	(5.338.229)	(124.673)	83.935	•		(5.378.967)
Ferramentas	(1.386)	•	•	•		(1.386)
Computadores e periféricos	(830.556)	(8.885)	46.650	•	•	(792.791)
Telefones	(9.175)	•	•	•	•	(9.175)
Total depreciação	(7.332.210)	(218.096)	167.736	•		(7.382.570)
Saldo líquido	1.018.016	1.904.254	(344)	•		2.921.926

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

# 9. Imobilizado--Continuação

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável (impairment)	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Equipamentos	682.569	41.140	•			723.709
Móveis e utensílios	654.886	29.928	•			684.814
Instrumentos musicais	5.702.634	6.697	•			5.709.331
Ferramentas	1.386					1.386
Computadores e periféricos	832.473	17.285				849.758
Telefones	9.175		•	•		9.175
Obras em andamento (a)	50.286	321.767	•	•	•	372.053
Total custo	7.933.409	416.817	ı			8.350.226
Depreciação						
Equipamentos	(550.575)	(35.721)	•			(586.296)
Móveis e utensílios	(534.844)	(31.724)				(266.568)
Instrumentos musicais	(5.161.358)	(176.871)				(5.338.229)
Ferramentas	(1.359)	(27)				(1.386)
Computadores e periféricos	(818.904)	(11.652)	•			(830.556)
Telefones	(9.149)	(26)	•		•	(9.175)
Total depreciação	(7.076.189)	(256.021)	ı	•	ı	(7.332.210)
Saldo líquido	857.220	160.796		1	ı	1.018.016

<sup>(</sup>a) Refere-se implantação de um estúdio para gravações e transmissões de atividades artísticas no Theatro São Pedro, a obra terá seu início em Janeiro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 9. Imobilizado--Continuação

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do Contrato de Gestão 03/2023, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso Ihe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão."

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 073/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providencias da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

#### 10. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Associação possui contrato de aluguel (arrendamento mercantil) para aluguel convencional, com prazo médio de 3 anos e opção de renovação. Este contrato é abrangido pelo pronunciamento técnico do CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A taxa incremental foi aplicada ao contrato de acordo com o risco da vigência do contrato do aluguel até 31/12/2027 totalizando 5,46 % a.a.

#### Ativo de direito de uso

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Registro inicial em 01/01/2023	Baixas	Saldo final em 31/12/2023
Contratos de Aluguéis - Imóveis	3.076.638	(23.407)	3.053.231
Custo direito de uso	3.076.638	(23.407)	3.053.231
Depreciação direito de uso	(614.850)	, ,	(614.850)
Total direito de uso - ativo	2.461.788	(23.407)	2.438.381

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 10. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

#### Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo - arrendamento a pagar	
Saldo inicial em 31/12/2022	-
Registro inicial em 01/01/2023 e adições	3.053.231
Atualização monetária	-
Pagamentos (principal)	(669.012)
Pagamentos (juros e atualizações)	(42.987)
Juros incorridos	42.987
Saldo final em 31/12/2023	2.384.219
Passivo Circulante	694.828
Passivo Não circulante	1.689.391
Total do Passivo - arrendamento a pagar	2.384.219

#### Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arredamentos operacionais não canceláveis:

694.828

Entre 1 e 5 anos	1.689.391
Total arrendamentos	2.384.219
Impacto no resultado do exercício	
	31/12/2023
Despesa de depreciação - direito de uso Apropriação de juros	614.850 42.987
Saldo final em 31/12/2023	657.837

Até 1 ano

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 10. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

#### Impacto no fluxo de caixa

Ajustes do resultado	31/12/2023
Depreciação de direito de uso	614.850
Apropriação de juros	42.987
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Pagamento de arrendamentos (principal) Pagamento de juros dos arrendamentos	(504.106) (42.987)

#### 11. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	607.028	1.039.883
	607.028	1.039.883

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente serviços, mercadorias e contas de consumo.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer até 30 dias Vencidos acima de 360 dias	592.028 15.000	1.024.883 15.000
	607.028	1.039.883

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
INSS s/ folha	575.518	581.017
FGTS a recolher	191.326	-
PIS s/ salário a recolher	31.045	-
	797.889	581.017

#### 13. Provisão de férias e encargos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	1.607.663	1.542.188
Encargos a recolher sobre férias	567.505	544.392
	2.175.168	2.086.580

#### 14. Projetos a executar

	31/12/2023	31/12/2022
Projetos a executar		6.298.962

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas em confronto com as respectivas despesas de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out" -- Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais - R\$)

# 14. Projetos a executar--Continuação

Projetos em andamento (Novo contrato) (Em reais)						2023					
Descrição Custo	Saldos em 31/12/22	Valores Recebidos	Transferência de Projeto(a)	Transferência Recebimentos Receitas de Projeto(a) PRONAC Financeiras	Receitas Financeiras	Aquisição imobilizado	Devolução saldo	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto	Consumo Projeto	Saldos em 31/12/23
EMESP 03-2023	•	41.068.469	5.973.188		513.994	(2.122.350)		(1.034.799)	205.342	(44.603.844)	ı
BILHETERIA		909.888	•				•	•		(309.888)	•
CESSÃO DE ESPAÇO		694.200								(694.200)	•
OUTROS RECURSOS		282.317								(282.317)	
PRONAC nº 221917				3.491.791		•		•	•	(3.491.791)	•
Total Passivo		42.954.874	5.973.188	3.491.791	513.994	(2.122.350)		(1.034.799)	205.342	(49.982.040)	

Projetos em andamento (Encerramento do contrato) (En reais)						2023					
Descrição Custo	Saldos em 31/12/22		Transferência de Projeto	Valores Transferência Recebimentos Recebidos de Projeto PRONAC	Receitas Financeiras	Aquisição imobilizado	Devolução saldo	Transf p/fundo	Transf p/ Projeto	Transf Consumo p/ Projeto Projeto	Saldos em 31/12/23
EMESP 05-2017	6.298.962		(5.973.917)		106.587		(23.177)		172.899	(581.354)	
BILHETERIA											
CESSÃO DE ESPAÇO		•		•		•			•		•
OUTROS RECURSOS											
Total Passivo	6.298.962		(5.973.917)		106.587		(23.177)		172.899	(581.354)	

<sup>(</sup>a) A coluna "Transferência de Projeto" demonstra os valores que foram transferidos do Projeto Emesp encerrado em 2022, para o novo Projeto celebrado em 2023.

Descrição	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Transf recebida. Fundo de Reserva (*)	Consumo (**)	Aquisi ção imobilizado	Valor residual
						1	
Contrato de Gestao - Projeto EMESP (05/2017)	4.916.039	38.657.856	1.032.264	2.196.981	(45.681.319)	(416.81/)	1.705.104
Outros Recursos (05/2017)	2.594.348	2.023.291	-	-	(23.781)	-	4.593.858
Total	7.510.387	41.681.247	1.032.264	2.196.981	(45.705.100)	(416.817)	6.298.962
•							

<sup>(\*) (</sup>Vide nota explicativa no 15)

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente avaliadas pela Unidade de Informação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

<sup>(\*\*) (</sup>Vide nota explicativa no 20)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 14. Projetos a executar--Continuação

Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2023 (do Contrato de Gestão 03/2023 - Projeto EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orthesp e Teatro Caetano de Campos), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural - UFC, para a Unidade de Monitoramento - UM da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio de 2024, o relatório do segundo quadrimestre em 20 de setembro de 2024 e o relatório do terceiro quadrimestre em 20 de janeiro de 2025. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15 de março de 2024 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente.

#### 15. Fundos de reserva/contingência

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de reserve 03/2023	664,766	_
Recursos de contingência 03/2023	2.722.989	-
Ü	3.387.755	-
	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de reserve 05/2017	-	169.430
Recursos de contingência 05/2017	-	2.306.863
-	-	2.476.293

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota explicativa nº 3.k.

A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Fundos (Novo contrato) (Em reais)				2023				
Descrição Custo	Saldos em 31/12/22	Valores <u>Recebidos</u>	Transferência <u>de Projeto</u>	Receitas <u>Financeiras</u>	Devolução <u>saldo</u>	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto	Saldos em 31/12/23
FUNDO DE RESERVA 03/2023 FUNDO DE CONTINGENCIA 03/2023	-	-	2.321.867	48.739 187.692	-	821.369 213.430	(205.342)	664.766 2.722.989
Total Passivo			2.321.867	236.431		1.034.799	(205.342)	3.387.755
Fundos (Encerramento do contrato) (Em reais)				2023				
Descrição Custo	Saldos em 31/12/22	Valores <u>Recebidos</u>	Transferência de Projeto	Receitas Financeiras	Devolução <u>saldo</u>	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto	Saldos em 31/12/23
FUNDO DE RESERVA 05/20217 FUNDO DE CONTINGENCIA 05/2017	169.430 2.306.863	-	-	3.627 15.004	(158)	(2.321.867)	(172.899)	-
Total Passivo	2.476.293			18.631	(158)	(2.321.867)	(172.899)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

<u>Descrição</u>	Saldos em 31/12/21	Valores <u>Recebidos</u>	Transferência de Projeto	Receitas <u>Financeiras</u>	Devolução <u>saldo</u>	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto (a)	Saldos em 31/12/22
Recursos de reserva (a) Recursos de contingência	2.196.981 2.141.506	-		169.430 165.357			(2.196.981)	169.430 2.306.863
Total	4.338.487	-		334.787			(2.196.981)	293

(a) A entidade utilizou do recurso de R\$2.196.981 do Fundo de Reserva tendo como fundamento o disposto na nota 3.k.(i) - item b.

#### 16. Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

#### Movimentação do período

	Saldo inicial 31/12/2022	Adição (a)	Pagamentos	Baixas	Saldo final 31/12/2023
Trabalhistas	370.782	5.303.913	(152.240)	(124.156)	5.398.299
	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Baixas	Saldo final 31/12/2022
Trabalhistas	252.196	141.435	(22.849)	-	370.782

(a) Dos valores acrescidos com risco de perda provável em 2023, R\$ 5.066.500 (cinco milhões, sessenta e seis mil e quinhentos reais) são provenientes da sentença condenatória de indenização por danos morais referente a Ação Civil Pública de 11/11/2009 (Processo nº 02356002320095020028 – 28ª VT/SP) ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em face da Fazenda Pública Estadual, do então Secretário Estadual de Cultura Sr. João Sayad, da Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e da Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

Com relação à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pretende o MPT que não sejam firmados convênio, termo de parceria, contrato ou contrato de gestão ou instrumento jurídico equivalente, com entidade interposta, qualificada ou não como Organização Social, que impliquem na transferência da prestação de serviços ligados à sua atividade fim. Além disso, também pretendia o MPT que a FESP rescindisse imediatamente os contratos de gestão firmados com a Associação Paulista dos Amigos da Arte – APPA e a Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina.

Com relação à Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina pretende o MPT que se abstenha de disponibilizar, fornecer, complementar ou intermediar mão-de-obra de trabalhadores para qualquer ente público ou privado, diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho, em especial para a Secretaria Estadual da Cultura, e que também se abstenha de contratar mão-de-obra através de cooperativas de trabalho, para quaisquer atividades, seja de fim ou de meio.

Da sentença proferida em 08/11/2023, cada reclamada foi condenada ao pagamento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que atualizado em 31/12/2023, somam R\$ 5.066.500 (cinco milhões, sessenta e seis mil e quinhentos reais), referente a indenização por danos morais, "consistente em não admitir ou manter mão de obra que lhe preste serviços através de convênio, parceria, contrato de gestão ou instrumento jurídico equivalente, com entidade interposta, qualificada ou não como Organização Social ou cooperativa, que implique na transferência de prestação de serviços ligados a sua atividade essencial". A Associação interpôs Recurso Ordinário em 08/02/2024, ao qual encontra-se pendente de julgamento.

#### Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade são de R\$ 518.945 em 2023 (R\$ 25.310.792 em 2022) e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

#### 17. Recursos aplicados em ativos imobilizados

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3 j, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 9 - Ativo imobilizado.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	857.220
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 8)	416.817
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 8)	(256.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.018.016
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 8)	2.122.350

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

Baixa de imobilizado (nota explicativa nº 8)	(168.080)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 8)	(218.096)
Baixa Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 8)	167.736
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.921.926

#### 18. Patrimônio líquido

O Resultado do Exercício e o Patrimônio Social do EMESP gerido pela Associação apresentou resultado deficitário em 2023 de R\$ (3.183.579) e Patrimônio Social de R\$ (3.183.579) e nulo em 2022.

#### 19. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

Os trabalhos voluntários, reconhecidos na demonstração do resultado do exercício pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, são referentes ao desempenho da função dos membros da diretoria estatutária, do Conselho para assuntos econômicos e fiscais (CAEF) e, do conselho de administração dos projetos oriundos dos contratos de gestão.

#### 20. Recursos do contrato de gestão

	31/12/2023	31/12/2022
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (03/2023) - (Vide nota explicativa nº 14)	49.982.040	-
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017) - (Vide nota explicativa nº 14)	581.355	45.681.319
Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação	218.096	256.021
	50.781.491	45.937.340

#### 21. Pessoal e encargos

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	(16.839.458)	(15.947.641)
Encargos	(7.174.804)	(6.881491)
Férias	(2.054.360)	(1.882.369)
Assistência médica	(1.987.151)	(1.640.251)
13º Salário	(1.432.788)	(1.390.583)
Vale Refeição	(743.720)	(679.769)
Cesta Básica	(631.651)	(629.949)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

	(31.335.575)	(29.550.338)
Outros	(80.815)	(219.198)
Vale Transporte	(144.400)	(159.972)
Aviso prévio	(246.428)	(119.115)

O aumento de despesas com pessoal se deu principalmente pelo reajuste salarial decorrente da Convenção Coletiva em 5,47% e no mesmo percentual para os valores relativos a Vale Refeição e Vale Alimentação, houve tembém o aumento do custo com assistência médica que sofreu reajuste na ordem de 8%.

#### 22. Serviços prestados por terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(10.033.480)	(7.436.178)
Serviços - pessoa física (b)	(475.881)	(2.788.614)
Manutenção e conservação	(797.151)	(788.926)
Consultoria e assessoria	(352.482)	(309.848)
Suporte em infraestrutura de TI	(165.548)	(86.518)
Auditoria	(53.015)	(125.437)
	(11.877.557)	(11.535.521)

#### 23. Despesas gerais

	31/12/2023	31/12/2022
Consumo água e energia	(514.890)	(473.012)
Materiais de consumo	(409.307)	(366.295)
Conduções e transportes	(328.484)	(252.767)
Viagens e estadias	(461.839)	(238.652)
Lanches e refeições	(281.862)	(159.221)
Telefone e internet	(163.957)	(131.176)
Bens de natureza permanente	(51.001)	(99.698)
Despesas legais	(102.929)	(97.620)
Correios e telégrafos	(65.820)	(92.497)
Despesas de seguros	(88.690)	(91.949)
Aquisição/compra de partituras	(36.782)	(37.269)
Copa e cozinha	(31.065)	(33.791)
Despesas com software	(157.076)	(19.422)
Cartórios e registros	(10.640)	(13.641)
Treinamento de pessoal	(12.599)	(12.650)
Uniformes	(6.048)	(7.864)
Equipamentos de proteção individual	(7.367)	(5.886)
Assinaturas	(350)	(874)
	(2.730.706)	(2.134.284)

31/12/2023

31/12/2022

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 24. Locações

	31/12/2023	31/12/2022
Locação de imóveis	(238.688)	(815.745)
Locação de partituras	(314.239)	(458.550)
Locação de equipamentos	(702.672)	(400.151)
Cessão de direito autoral	(189.268)	(210.681)
Locação de espaço	(19.982)	(91.674)
Locação de instrumentos	(58.923)	(34.510)
Locação de bens moveis	(15.082)	(29.121)
	(1.538.854)	(2.040.432)

#### 25. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1.523	1.494
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	(42.987)	-
Outras despesas financeiras	(42.027)	(31.922)
	(85.014)	(31.922)
Resultado financeiro, líquido	(83.491)	(30.428)

#### 26. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

#### Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022), a Entidade está sujeito aos fatores de:

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 26. Instrumentos financeiros -- Continuação

#### Estimativa do valor justo--Continuação

#### i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2023		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores Outras Contas a Pagar	1.301.856 139.540	1.301.856 139.540	1.301.856 139.540	-	-	-
Total	1.441.396	1.441.396	1.441.396	-	-	-

31/12/2022	_	Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros	Valor	Total	6 meses	06 - 12	1 - 2	Mais de
não derivativos	Contábil		ou Menos	meses	anos	5 anos
Fornecedores	1.039.883	1.039.883	1.039.883	-	-	-
Outras Contas a Pagar	10.218	10.218	10.218	-	-	
Total	1.050.101	1.050.101	1.050.101	-	-	-

#### ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 26. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Estimativa do valor justo--Continuação

ii) Risco de crédito--Continuação

#### Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	4.192.083	9.501.128
Recursos restritos vinculados a fundos - aplicações financeiras	2.722.989	2.476.293
Outros ativos	840.668	759.423
Total	7.755.740	12.736.844

#### Caixa e equivalentes

A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha.

#### Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 26. Instrumentos financeiros--Continuação

Estimativa do valor justo--Continuação

ii) Risco de crédito--Continuação

Hierarquia de valor justo--Continuação

Ativos		Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e Equivalentes de aplicações financeiras Recursos restritos vincu		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.192.083	9.503.628
fundos - aplicações fina		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.722.989	2.476.293
Total				7.755.740	11.979.921
Passivos		Classificação		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores Outras contas a pagar <b>Total</b>	ras contas a pagar Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(1.301.856) - 1.301.856	(1.039.883) (29.386) 1.081.497	

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 27. Aspectos relacionados a imunidade tributária

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam:

- (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação (assim como a EMESP), não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcança-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patronal, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuição para Terceiros.

#### 28. Renúncia fiscal

A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção.

Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

#### Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL

Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 28. Renúncia fiscal--Continuação

<u>Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS</u>

Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

#### 29. Cobertura de seguros (Não auditado)

De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), segue abaixo informações sobre os seguros contratados pela entidade em 31 de dezembro de 2023, como medida preventiva para cobertura de eventuais sinistros:

Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Porto Seguro	Predial (Theatro São Pedro)	35.000.000	02/07/2024
Porto Seguro	Predial	27.748.601	13/06/2024
Berkley International	Responsabilidade Civil	1.160.000	29/05/2024

<sup>(\*)</sup> Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez), acessórios e danos a terceiros (morais, materiais e corporais).

\* \* \*

Rosane Ghedin Diretora Presidente Rodrigo Ronald Henrique da Silva Contador CRC nº 1SP-290165/O-2